



Relatório de Contas

2019

Aon Portugal S.A.

AON
Empower Results®



Relatório de Gestão

Aon Portugal, SA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019



AON PORTUGAL, S.A.

EXERCÍCIO DE 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Aon Portugal, S.A., tem como principal atividade a corretagem de seguros e consultoria em gestão de riscos. Para além de fazer a intermediação entre clientes e companhias de seguros e a gestão da carteira de seguros dos seus clientes dedica-se à consultoria em gestão de riscos, reforma, saúde e capital humano.

A Empresa faz parte integrante do grupo multinacional Aon, o qual é detido pela empresa-mãe – Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social da sociedade de EUR 14.394.790, representado por 2.878.958 ações de valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo subscrito em 100% pela sociedade Aon Southern Europe y Cía, S.C..

Nos aumentos de capital social em numerário os acionistas têm o direito de preferência na proporção das ações que possuem, salvo se a Assembleia Geral, de acordo com a lei, deliberar de forma diferente.

A sociedade pode emitir obrigações nos termos das disposições legais aplicáveis e nas modalidades permitidas por lei, em conformidade com as condições que vierem a ser deliberadas pela Assembleia Geral.

A aquisição e alienação de ações e obrigações próprias poderão realizar-se nas condições e com os limites da lei.

A Assembleia Geral representa a universalidade dos acionistas e as suas deliberações, quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos da sociedade, são obrigatórias para todos os acionistas. Constituem a A.G. todos os acionistas com direito de voto. A cada cem ações corresponde um voto. A mesa da A.G., a eleger por um mandato de quatro anos, prorrogável uma ou mais vezes, é constituída por um presidente e por um secretário, os quais podem ser acionistas.

O conselho de administração, a eleger em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, prorrogável uma ou mais vezes, é composto por três a nove membros efetivos. A A.G. que eleger o conselho de administração designará o respetivo presidente, podendo igualmente eleger administradores suplentes até ao limite fixado por lei.

A responsabilidade de cada administrador deverá ser caucionada por alguma das formas admitidas por lei, na importância que for deliberada em assembleia geral fixando-se aquela, pelo menos, no limite

mínimo fixado por lei, exceto se a A.G. deliberar a dispensa de caução por parte dos administradores, verificado que seja o condicionalismo legal.

Compete, em geral, ao Conselho de Administração prática de todos os atos de gestão da sociedade de prossecução do respetivo objeto social, designadamente, aqueles que não caibam na competência expressamente atribuída pelos estatutos ou pela lei a outros órgãos sociais.

Um Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num administrador-delegado ou numa comissão executiva. Esta última será formada por três membros do Conselho de Administração, escolhidos pelo próprio C.A.

O Conselho de Administração reunirá quando e onde o interesse social o exigir, uma vez convocado, por qualquer forma legalmente admitida, pelo presidente ou quaisquer outros dois administradores.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

A sociedade fica obrigada: a) pela assinatura conjunta de dois administradores; b) pela assinatura conjunta de um administrador e de um procurador, mandatado pelo conselho de administração para a prática desse ato ou categoria de atos; c) pela assinatura de um administrador, ou de um ou mais procuradores, quando mandatados pelo conselho de administração para a prática desse ato ou categoria de atos.

A sociedade obriga-se com a assinatura de três administradores, ou somente de dois administradores, contando que um destes últimos seja o presidente do conselho de administração, nos seguintes casos: a) aquisição, alienação, oneração, arrendamento ou trespasse de quaisquer bens imóveis ou estabelecimentos; b) aquisição, alienação ou oneração de quaisquer participações da sociedade noutras sociedades; c) contração de empréstimos ou celebração de contratos de financiamento, incluindo empréstimos e financiamentos a longo prazo, internos ou externos; d) prestação de cauções e quaisquer garantias pela sociedade; e) aquisição ou alienação de carteiras de seguros.

A fiscalização da sociedade compete a um fiscal Único e a um Fiscal Único Suplente. Compete à Assembleia Geral designar os revisores oficiais de contas ou as sociedades de revisores oficiais de contas que assumirão o cargo de Fiscal Único e Fiscal Único Suplente a eleger em A.G., por um mandato de três anos, prorrogável uma ou mais vezes.

ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou um crescimento de 2,2% em 2019, verificando-se uma desaceleração da atividade em comparação com 2018.

O contributo da procura interna foi de 2,7 pontos percentuais (3,1 p.p. em 2018). Já a procura externa foi de -0,6 p.p. (-0,4 p.p. em 2018).

Na procura interna, salientou-se o investimento que cresceu na ordem dos 6,5% no conjunto do ano (6,2% em 2018), destacando-se a aceleração do investimento em produtos de propriedade intelectual (+6,5%) e em construção (+9,4%).

2019 terminou com um défice orçamental abaixo do esperado. Mais concretamente, o défice das Administrações Públicas (ótica de caixa) fixou-se em 0,3% do PIB (-1,1% do PIB em 2018). Este



desempenho foi suportado por um crescimento da receita superior ao da despesa (4,3% e 2,3%, respetivamente), apoiado pela receita fiscal e contributiva. Do lado da despesa, destaque para a queda dos juros, e um aumento considerável das despesas com pessoal e transferências correntes.

2019 foi um ano complicado, para a Zona Euro. A economia da Zona Euro fechou o ano com um crescimento ténue do PIB no 4T 2019 (0,1% em cadeia, 1,0% homólogo) tendo o avanço da atividade, no conjunto do ano, desacelerado para 1,2% (1,9% em 2018). Este enquadramento externo, tornou-se menos favorável à economia portuguesa, em 2019.

O abrandamento das Exportações e da indústria registado em Portugal, contrasta com o setor dos serviços, o qual permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho.

A evolução da procura interna e externa tem como contrapartida um crescimento das importações superior ao das exportações, implicando um aumento do défice da balança de bens e serviços.

A taxa de desemprego mantém uma trajetória descendente, passando de 7% em 2018 para 6,3% em 2019.

A taxa de inflação em 2019 fixou-se nos 0,3% registando um decréscimo de 9 p.p. face ao ano anterior.

As taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu apresentaram-se sem alterações significativas face aos anos precedentes, mantendo-se muito perto de 0%.

As perspetivas para a economia portuguesa deterioraram-se abrupta e significativamente com a pandemia COVID-19 e estão rodeadas de grande incerteza. As considerações relativas ao impacto da pandemia sobre a saúde pública são naturalmente dominantes e prioritárias no debate público. Esta pandemia corresponde também a um choque económico adverso com efeitos muito significativos e potencialmente prolongados no tempo em termos do bem-estar dos cidadãos e da atividade das empresas, difícil de estimar presentemente.

MERCADO SEGURADOR

Com base nos dados da ASF, no ano de 2019, o volume da produção de seguro direto em Portugal atingiu o valor de 12,2 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo 5,8% face ao valor verificado em 2019.

No que respeita à estrutura do mercado das empresas de seguros sob supervisão prudencial, registou-se a diminuição de duas empresas de seguros, uma por fusão e outra por transformação em sucursal, e no âmbito das sucursais de empresas de seguros da União Europeia verificou-se a saída de cinco sucursais e a entrada de uma.

Efetuada uma análise por ramos, o ramo Vida, contrariamente aos últimos dois anos, registou um decréscimo de 13,9%. Os ramos Não Vida, na tendência dos últimos anos, apresentaram um aumento da produção de 8%.



Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

	2016	2017	2018	2019 **	Δ 17/16	Δ 18/17	Δ 19/18	Δ 19/16
Vida	6 677	7 089	8 123	6 992	6,2%	14,6%	-13,9%	4,7%
Não Vida	4 194	4 494	4 825	5 209	7,1%	7,4%	8,0%	24,2%
TOTAL	10 872	11 582	12 948	12 201	6,5%	11,8%	-5,8%	12,2%

* Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

** Valores provisórios

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso aumentar em cerca de 1,9 pontos percentuais (44,8% em 2019 e 42,9% em 2018), apesar de a sua produção ter decrescido cerca de 10%, acompanhando a tendência do ramo.

Para a referida evolução dos ramos Não Vida, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (9,7%), Incêndio e Outros Danos (6,9%) e Automóvel (7%). Com grande relevância no ramo Acidentes e Doença, sobressai o crescimento de Acidentes de Trabalho pelo sexto ano consecutivo (11,8% em 2019).

Mediante os dados agregados da APS (2019.12), os custos com sinistros apresentaram um decréscimo real de 9,6% face ao mesmo período homólogo acumulado (2018.12). Para este decréscimo foi determinante a diminuição importante registada no ramo Vida (-14,9%), sendo que nos ramos Não Vida registou-se um crescimento (2,3%).

No Ramo Vida, esta evolução é explicada pela saída de contratos de investimento e pelos produtos de capitalização, tanto ligados ou não ligados a fundos de investimento. Também segundo os dados da APS – Indicadores de Gestão | Provisões Matemáticas e Passivos Financeiros, de referir que, neste período, as provisões matemáticas registaram uma diminuição nos seguros de risco (-4,6%), produtos de capitalização (-0,6%), enquanto PPR e Operações de Capitalização subiram respetivamente 10,1% e 53,9%.

Relativamente à estrutura dos custos com sinistros de seguro direto dos ramos Não Vida tem sido idêntica ao longo dos períodos homólogos. Saliente-se, contudo, que no período em análise, o ramo Automóvel registou um aumento de 5 pontos percentuais e Acidentes de Trabalho aumentou 17%. Por seu lado, o ramo Incêndio e Outros Danos viu o seu peso diminuir significativamente (-27,1%), bem como no ramo de Transportes (-24,1%), no conjunto dos custos com sinistros dos ramos Não Vida.

FACTOS MARGANTES DO EXERCÍCIO

Em 2019, a Aon deu mais um passo muito importante para reforço do plano Aon United, e que também será o guia e o plano de execução da estratégia do grupo. Cada um dos pilares apresentados irão desenvolver um conjunto de ações para concretizar a sua agenda e ambição. Também em Portugal iremos desenvolver um conjunto de ações que, alinhado com a estrutura internacional, irão garantir que teremos uma agenda e plano de execução sobre cada um destes pilares.



Ao longo do exercício de 2019, a Aon Portugal manteve a sua trajetória de crescimento sustentado. Este crescimento tem sido o reflexo da capacidade de retenção e obtenção de novos clientes. Um fator que tem sido muito importante neste crescimento é a aposta na inovação, mediante o constante desenvolvimento e disponibilização de instrumentos e soluções aos Clientes em Portugal, que vão ao encontro dos muitos desafios que as empresas e organizações Portuguesas enfrentam na gestão dos seus riscos e do seu talento.

Em 2019, a faturação total da Empresa apresentou um crescimento de 11%, face ao ano anterior, sendo que as áreas de negócio de HR Solutions e Risk Consulting, apresentaram-se como pilares estratégicos de negócio e registaram crescimentos a dois dígitos.

A aposta nas pessoas e a contratação de novos talentos, foi também um dos fatores que marcaram o ano de 2019 e que vem capacitar a empresa no desenvolvimento e expansão do seu negócio em Portugal.

A visibilidade da Aon Portugal e presença da Empresa em eventos corporativos também marcou o último ano, possibilitando um crescendo no reconhecimento e notoriedade da marca Aon, em Portugal, junto dos seus clientes e potenciais clientes.

O lançamento do Observatório de Risco e Pessoas foi um marco importante no reforço da marca. Um repositório de conteúdos que interessam a todos os que se preocupam com as dinâmicas e com a volatilidade que empresas, Estados e cidadãos hoje enfrentam. Enquanto conceito e materialização digital das áreas onde a Aon desenvolve a sua atividade, o Observatório de Risco e Pessoas pretende refletir sobre a natureza e amplitude dos riscos e sobre o impacto que estes podem representar para a sustentabilidade e competitividade das organizações. A cada três meses, uma nova Newsletter apresentará novas perspetivas sobre os riscos e oportunidades emergentes, sempre com uma visão de futuro do mundo incerto e volátil que nos rodeia.

Mantivemos a presença da Aon nos Encontros de Cascais, um fórum de pensamento estratégico em que personalidades essencialmente da sociedade civil procuram discutir soluções para os problemas que o país e a Europa enfrentam.

As iniciativas de responsabilidade social são uma parte importante da cultura da Aon, e no ano levámos a cabo um conjunto alargado de eventos direcionados para várias comunidades em diversas geografias.

Mais uma vez, o exercício de 2019, distingue-se por uma estratégia continuada e apoiada no investimento e no desenvolvimento do projeto empresarial da Aon em Portugal, facto representativo da credibilidade da operação Portuguesa da Aon junto da sua casa mãe, fruto dos resultados alcançados e da posição de liderança conquistada num conjunto de projetos e iniciativas internacionais estruturantes para a empresa.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

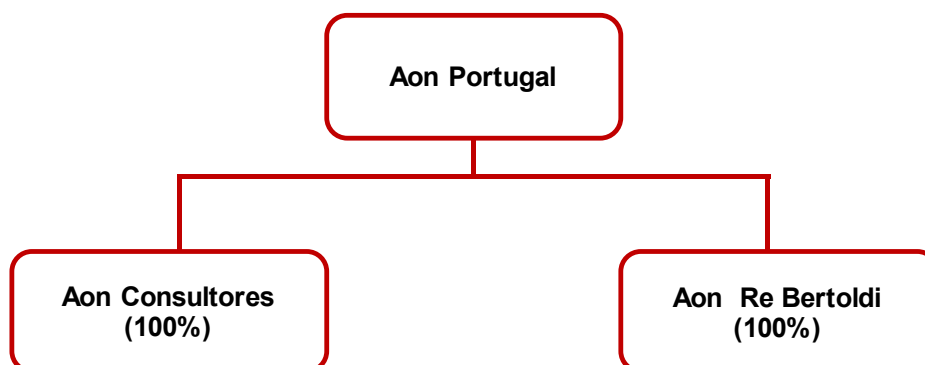
A estrutura atual de investimentos da Aon Portugal nas empresas suas participadas corresponde, em 31 de dezembro de 2019, a EUR 2.438.945, contra o montante de EUR 2.098.742 registado em 2018,



sendo esta rubrica atualmente composta apenas por participações financeiras em sociedades do grupo Aon.

Comparativamente ao ano transato, verifica-se um incremento no montante em investimentos financeiros, justificado pela valorização dos investimentos através da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente à participação da Aon Portugal nas sociedades Aon Consultores e Aon Re Bertoldi, cujos Resultados Líquidos ascenderam no final do exercício de 2019 a EUR 72.221 e EUR 1.049.437, respetivamente.

As participações da Aon Portugal são representadas da seguinte forma, no final do exercício de 2019:



RECURSOS HUMANOS

O exercício de 2019 foi marcado por um investimento significativo na capacidade da empresa atrair, desenvolver e reter os melhores quadros e colaboradores, que são uma componente fundamental da proposta de valor que apresenta aos seus clientes.

Assim, um constante investimento em formação, em vários domínios – comercial, comportamental, técnica - a promoção de estágios profissionalizantes juntos das melhores Universidades do País, procurando atrair talento jovem, com elevada qualificação e potencial e a exposição internacional de vários quadros, como forma de adquirirem experiência e competências em mercados mais desenvolvidos, foram atividades que se mantiveram e marcaram o ano 2019.

A posição de liderança que ocupa, a expansão do âmbito de atuação e a crescente exigência dos nossos clientes, obriga a que os colaboradores tenham fortes competências técnicas, focus no cliente, mobilidade e capacidade de adaptação às crescentes necessidades impostas pelo mercado.

ATIVIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O volume de negócios da Aon Portugal registou um crescimento de 11%, em 2019, representando um aumento de 8 p.p. face ao ano transato. Cifrando-se o valor dos serviços prestados em 16,3 milhões de euros.

O EBITDA registou a mesma curva ascendente, apresentando um incremento de 9%, quando comparado com o ano de 2018, sendo o valor registado de 3,2 milhões de euros. O qual beneficiou do aumento das prestações de serviços e do aumento menos acentuado dos gastos com maior peso na empresa, como os Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, sendo que os ganhos em investimentos financeiros também tenham contribuído para este resultado.

O Resultado Operacional, seguiu a mesma tendência e registou um aumento de 13%, quando comparado com o ano anterior, registando um valor de 1,8 milhões de euros, apesar do crescimento das amortizações e depreciações do exercício.

Enquanto os gastos com fornecimentos e serviços externos cresceram 12%, os gastos com pessoal registaram um incremento de 9%, face ao exercício anterior. Os crescimentos registados nestes gastos refletem o plano de crescimento e estratégia da empresa, quer na contratação de novos colaboradores e aposta no talento, quer no maior acesso e utilização da tecnologia e ferramentas disponibilizadas internacionalmente pelo grupo Aon para melhor servir os nossos clientes e que implicam um maior gasto para a operação portuguesa.

O quadro que se segue pretende demonstrar a evolução dos resultados da Empresa durante os dois últimos anos:

Resultados	2019	2018	A.19-A.18	A.19/A.18
Resultado Bruto	16.339.079	14.684.505	1.654.574	11%
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	3.151.513	2.891.789	259.724	9%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.836.993	1.624.974	212.019	13%
Resultados antes de Impostos	1.879.707	1.638.597	241.110	15%
Resultado Líquido do Exercício	1.361.005	1.104.095	256.910	23%

PERSPETIVAS FUTURAS

A volatilidade económica, ambiental, política e social está a produzir profundas alterações em todo o mundo, comportando riscos extraordinários para as instituições. Das alterações climáticas aos riscos cibernéticos, passando pelo fenómeno do terrorismo e pelos episódios crescentes e globais de violência política, movemo-nos num contexto incerto que coloca empresas, Estados e cidadãos verdadeiramente à prova.

Entender o nível de exposição a estes e outros potenciais riscos, antecipá-los e geri-los não só é crucial para a competitividade das organizações, como crítico para reforçar a sua capacidade de criação de valor. A Aon tem como objetivo primordial reduzir a volatilidade que pode afetar os Clientes, contribuir para a melhoria das suas margens operacionais e apoiar o reforço do seu balanço.

O grau de impreparação das empresas para encarar o risco como uma fonte de vantagem competitiva é algo que os líderes empresariais devem considerar nas suas estratégias de negócio. As perdas



decorrentes desta impreparação podem destruir a competitividade das empresas e minar a sua reputação e credibilidade.

As empresas necessitam cada vez mais de soluções que respondam aos seus riscos, mas que só em parte se resolvem com o seguro. Trata-se muito mais de diagnóstico, identificação dos riscos, da sua mitigação e da gestão de crise e reputação, do que da simples transferência de riscos através de um seguro.

Continuará o foco no risco cibernético, sendo uma ameaça complexa e em constante evolução, não é estático, portanto, a abordagem para o combater também não o pode ser. A construção desta resiliência tem de ser integrada num processo contínuo, que reconheça a natureza cíclica do risco.

Os empresários procuram constantemente formas de maximizar a performance das suas empresas. As Fusões e Aquisições continuarão a ser uma forma de fazê-lo com um elevado grau de confiança, trazendo maior faturação e crescimento. Nos próximos anos, assistiremos a números-recorde neste tipo de movimentos, sobretudo na área tecnológica, e a propriedade intelectual e a avaliação de risco cibernético adquirirão cada vez mais preponderância no mercado.

O impacto das mudanças climáticas é cada vez mais intenso e as áreas urbanas tendem a ser particularmente vulneráveis devido à combinação da densidade populacional com a proximidade de rios e do mar. Em Portugal, investigadores da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa apontam para 146 mil pessoas afetadas pela subida do nível médio do mar já em 2050. É inevitável, os desastres naturais vão sempre acontecer. No entanto, a forma como as empresas vão agir desempenhará um papel fundamental na construção de uma resiliência climática, e o apoio de empresas que avaliam o risco e estudam soluções para os aliviar, como é a Aon, é crucial para o esforço de mitigação do impacto dos desastres naturais.

É inevitável, os desastres naturais vão sempre acontecer. No entanto, a forma como as empresas vão agir desempenhará um papel fundamental na construção de uma resiliência climática, e o apoio de empresas que avaliam o risco e estudam soluções para os aliviar, como é a Aon, é crucial para o esforço de mitigação do impacto dos desastres naturais.

Por último, a preocupação com a saúde e bem-estar físico, emocional e financeiro dos colaboradores vai continuar a ser um dos principais desafios para as organizações modernas. Um colaborador que tenha acesso a boas condições de trabalho, e se sinta feliz e realizado, é mais produtivo, empenhado e fiel à organização. Para as empresas os ganhos não estão exclusivamente ligados ao desempenho. Os programas de bem-estar contribuem significativamente para reduzir os períodos de ausência e os custos associados à saúde e aos processos de despedimento e recrutamento.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no montante positivo de EUR 1.361.005 (um milhão trezentos e sessenta e um mil e cinco euros) seja aplicado da seguinte forma:

- Reforço das Reservas Legais, no valor correspondente a 5% do resultado líquido do exercício: 68.050 Euros;
- Distribuição de dividendos pelo único acionista, no valor correspondente aos restantes 95%, num total de 1.292.955 Euros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende distribuir a quantia de 482.279 Euros do resultado do exercício de 2019 pelos empregados. Esta distribuição já está afeta ao resultado líquido do exercício.

O Conselho de Administração agradece o esforço, resiliência e incondicional empenho de todos os colaboradores ao longo do ano de 2019.

O Conselho de Administração,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. Penabaz', with a long horizontal flourish underneath.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	742.462	505.779
Goodwill	8	4.206.919	4.908.072
Ativos intangíveis	8	2.419.697	2.830.571
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	2.438.945	2.098.742
Outros Ativos financeiros	9	23.250	16.642
Ativos por impostos diferidos	10	32.757	42.008
		9.864.030	10.401.813
Ativo corrente			
Clientes	11	2.309.796	2.024.371
Terceiros - Tomadores de seguro	11	12.401.006	12.185.335
Terceiros - Seguradoras	11	649.194	432.931
Estado e outros entes públicos	19	80	126.509
Outras contas a receber - Subagentes	11	79	-
Outras contas a receber	11	2.433.150	2.004.191
Diferimentos	12	151.320	138.299
Caixa e depósitos bancários	4 e 11	19.371.551	16.211.674
		37.316.176	33.123.310
Total do Ativo		47.180.205	43.525.123
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	14.394.790	14.394.790
Outros instrumentos de capital próprio	13	3.571.100	3.571.100
Reservas legais	13	1.017.405	962.200
Ajustamentos em Ativos financeiros		210.905	210.905
Outras variações no capital próprio			
		19.194.200	19.138.996
Resultado líquido do exercício	13	1.361.005	1.104.095
Total do capital próprio		20.555.206	20.243.090
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	-	-
Passivos por impostos diferidos	10	189.264	183.371
Outras contas a pagar	17 e 18		140.736
Diferimentos	20	109.846	214.456
		299.109	538.563
Passivo corrente			
Fornecedores	17	372.319	124.456
Terceiros - Tomadores de seguro	17	387.546	619.939
Terceiros - Seguradoras	17	17.839.277	16.561.146
Adiantamentos de clientes	17 e 18	54.411	19.301
Estado e outros entes públicos	19	603.502	471.081
Outras contas a pagar - Subagentes	17	373.890	314.568
Outras contas a pagar	17 e 18	3.901.252	2.332.890
Diferimentos	20	2.793.692	2.300.088
		26.325.890	22.743.469
Total do passivo		26.624.999	23.282.033
Total do capital próprio e do passivo		47.180.205	43.525.123

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	21	16.339.079	14.684.505
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	1.121.658	835.137
Fornecimentos e serviços externos	22	(6.900.853)	(6.151.576)
Gastos com o pessoal	23	(7.195.492)	(6.605.089)
Imparidade de dívidas a receber (gastos) / reversões	11	41.116	(44.753)
Provisões (gastos) / reversões	14	-	-
Outros rendimentos e ganhos	21 e 25	199.969	425.158
Outros gastos e perdas	26	(453.964)	(251.593)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.151.513	2.891.789
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	24	(1.314.520)	(1.266.815)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis ((gastos) / reversões)	8	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.836.993	1.624.974
Juros e rendimentos similares obtidos	21 e 27	42.714	13.623
Juros e gastos similares suportados	27	-	-
Resultado antes de impostos		1.879.707	1.638.597
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	(518.702)	(534.502)
Resultado líquido do exercício		1.361.005	1.104.095
Resultado por acção básico		0,47	0,38

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados		16.339.079	14.684.505
Custo das vendas e dos serviços prestados		(1.222.615)	(1.171.071)
Resultado bruto		15.116.464	13.513.434
Outros rendimentos e ganhos		1.321.627	1.260.295
Gastos administrativos		(12.873.730)	(11.585.594)
Outros gastos e perdas		(1.727.368)	(1.563.160)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.836.993	1.624.974
Rendimentos (gastos) de financiamento (líquidos)		42.714	13.623
Resultados antes de impostos		1.879.707	1.638.597
Imposto sobre o rendimento do exercício		(518.702)	(534.502)
Resultado líquido do exercício		1.361.005	1.104.095
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.361.005	1.104.095
		1.361.005	1.104.095
Resultado por acção básico		0,47	0,38

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		143.117.366	130.230.795
Pagamentos a fornecedores		(131.302.044)	(123.525.884)
Pagamentos ao pessoal		(3.649.947)	(3.135.512)
Caixa gerada pelas operações		8.165.375	3.569.399
(Pagamento) recebimento do imposto sobre o rendimento		(4.316.384)	(3.773.950)
Outros recebimentos (pagamentos)		(22.489)	(16.838)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.826.502	(221.389)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6	(439.715)	(113.690)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	27	40.525	13.623
Dividendos		781.455	5.883.537
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		382.265	5.783.470
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(1.048.890)	(1.450.682)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.048.890)	(1.450.682)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3.159.877	4.111.399
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		16.211.674	12.100.275
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		19.371.551	16.211.674

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018

Montantes expressos em Euros

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2019	1	14.394.790	3.571.100	962.200	-	210.905	1.104.095	20.243.090
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO	2	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3						1.361.005	1.361.005
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-	1.361.005	1.361.005
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Aplicação de Resultados do exercício anterior		-		55.205	1.048.890		(1.104.094)	0
Distribuições	5	-	-	55.205	(1.048.890)		(1.104.094)	(1.048.890)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2019	6=1+2+3+5	14.394.790	3.571.100	1.017.405	-	210.905	1.361.006	20.555.206

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2018	6	14.394.790	3.571.100	885.848	-	210.905	1.527.034	20.589.678
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO	7	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8						1.104.095	1.104.095
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					-	1.104.095	1.104.095
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO								
Aplicação de Resultados do exercício anterior		-		76.352	1.450.682		(1.527.034)	-
Distribuições	10	-	-	76.352	(1.450.682)		(1.527.034)	(1.450.682)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO 2018	6+7+8+10	14.394.790	3.571.100	962.200	-	210.905	1.104.095	20.243.090

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras

Aon Portugal, S.A.

31 de dezembro de 2019



Aon Portugal, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2019

Montantes expressos em Euros

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Aon Portugal, S.A. (adiante designada por “Empresa”, “Sociedade” ou “Aon Portugal”), com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 500946728 e constituída em 20 de dezembro de 1979, tem como principal atividade a corretagem de seguros. Para além de fazer a interligação entre clientes e companhias de seguros, dedica-se à consultoria e gestão da carteira de seguros dos seus clientes. Note-se que a Empresa (Aon Portugal, S.A.) procedeu à alteração da sua denominação social, em Dezembro de 2018, cuja denominação anterior era Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A..

A Sociedade é detida em 100% pela Aon Southern Europe y Cía, SL, fazendo assim parte integrante do Grupo Aon, o qual é detido mundialmente pela empresa-mãe - Aon Global Limited, Dublin, Irlanda.



A empresa-mãe procedeu à transferência da sua anterior sede no Reino Unido para a Irlanda, com data efetiva de 2 de abril de 2020.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 28 de abril de 2020, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.



3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

A Empresa adotou o custo considerado na mensuração dos ativos fixos tangíveis em referência a 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), nos termos da isenção permitida pela NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das NCRF.

A Empresa adotou como custo considerado o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo contabilístico em vigor, o Plano Oficial de Contabilidade (“POC”).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de amortização por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “ (Gastos) / Reversões de depreciação e amortização”.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição.

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas e indefinidas. As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de computador	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas são amortizados por um período máximo de dez anos e são testados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação que o ativo pode estar em imparidade (Nota 3.5).

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “ (Gastos) / Reversões de depreciação e amortização”.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como *goodwill* e é mantido no valor de investimento financeiro, sendo amortizado em 10 anos conforme definido pela NCRF 6. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.7 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou custo amortizado.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

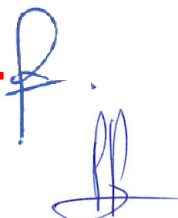
b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria registados no balanço com maturidade residual inferior a três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.



(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Os ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de notas de débito e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhe estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.9 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os ativos fixos tangíveis e intangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de ativos existentes na Empresa.

b) Análises de imparidade de ativos fixos intangíveis e goodwill

Na análise de imparidade dos ativos fixos intangíveis e para o *Goodwill*, utilizou-se o método de descontos de fluxos de caixa futuros, calculados a 31 de dezembro de 2019. A análise teve por base o *budget* reportado para o exercício de 2020 e a extrapolação deste para os restantes anos de vida útil dos *goodwill*, por se considerar que esta informação estará próxima da realidade da evolução do negócio de corretagem de seguros e resseguro prevista para o Grupo AON.

c) Análise de imparidade de contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

d) Provisões

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas estimadas.

Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

e) Análise de realização dos ativos por impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.11 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.



É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Empresa desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

3.13 Benefícios pós-emprego

Planos de contribuição definida

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa.

Planos de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o método de reconhecimento direto na demonstração de resultados do exercício.

O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

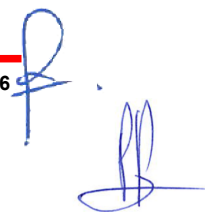
A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

3.14 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.15 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e depósitos a prazo constituídos para efeitos de garantia bancária. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se conforme se segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Numerário	95	414
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	19.259.078	16.098.881
Depósitos a prazo	112.379	112.379
	19.371.551	16.211.674

A variação positiva registada em depósitos bancários advém, essencialmente, das atividades operacionais da empresa e do retorno de investimentos em subsidiárias.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício 2019, procedeu-se à alteração voluntária do método de amortização dos Ativos Fixos, aplicando-se, pela primeira vez, o método de amortização por duodécimos, o qual veio substituir o método das quotas constantes, anteriormente utilizado.

Novas normas e interpretações aplicáveis

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram as seguintes alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016:

NCRF 6 - Ativos Intangíveis

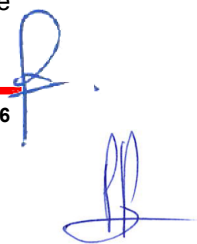
Amortização de ativos intangíveis com vida útil indefinida:

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida é amortizado num período máximo de 10 anos.

Atualmente, a empresa tem registado nos seus livros contabilísticos *Goodwill* derivado de fusões ou aquisições realizadas, e que por não terem vida útil definida, começaram a ser amortizados em 2016, de acordo com a nova Diretiva, considerando uma vida útil de 10 anos.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



31 de dezembro de 2019					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	957.610	52.954	762.445	22.329	1.795.338
Aquisições	227.468		211.708		439.175
Abates	-		(34.944)		(34.944)
Saldo final	1.185.077	52.954	939.209	22.329	2.199.569
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(685.055)	(20.970)	(574.479)	(9.056)	(1.289.559)
Depreciações do exercício	(73.603)	(7.009)	(119.106)	(2.773)	(202.492)
Transferências					-
Alienações			34.944		34.944
Saldo final	(758.658)	(27.979)	(658.642)	(11.829)	(1.457.107)
Ativos líquidos	426.420	24.975	280.567	10.500	742.462

31 de dezembro de 2018					
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	957.610	48.787	653.531	22.329	1.682.257
Aquisições	-	4.167	109.523		113.690
Abates	-		(609)		(609)
Saldo final	957.610	52.954	762.445	22.329	1.795.338
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(618.817)	(13.960)	(501.449)	(6.283)	(1.140.509)
Depreciações do exercício	(66.238)	(7.009)	(78.768)	(2.773)	(154.788)
Abates	-		609		609
Outras Variações			5.129		5.129
Saldo final	(685.055)	(20.970)	(574.479)	(9.056)	(1.289.559)
Ativos líquidos	272.555	31.984	187.966	13.273	505.779

Os investimentos efetuados no exercício de 2019, no montante de 439.175 Euros, devem-se, em grande parte, à expansão do escritório sito na Av. da Liberdade, em Lisboa, e estão relacionados com obras de adaptação e de melhorias no edifício, assim como a investimentos relacionados com hardware – renovação de parque informático.

As depreciações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 202.492 Euros (154.788 Euros em 2018), foram registadas na rubrica de “(Gastos) /reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa é locatária em contratos de locação operacional relacionados com edifícios, viaturas automóveis e equipamento administrativo, os quais se encontram denominados em euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
	31 dez 2019	31 dez 2018
Até 1 ano	669.986	601.992
Entre 1 ano e 5 anos	2.152.168	1.799.816
A mais de 5 anos	35.541	769.661
	2.857.695	3.171.469

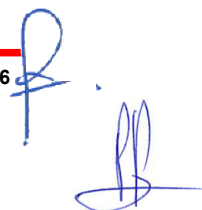
As responsabilidades assumidas com um prazo superior a 5 anos referem-se, exclusivamente, a contratos de arrendamento de escritórios.

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme se segue:

	Gasto do período	
	2019	2018
Pagamentos mínimos	575.979	550.189

8 ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



	31 de dezembro de 2019			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total Ativos Intangíveis	Goodwill
Ativos				
Saldo inicial	57.795	4.117.885	4.175.680	7.011.532
Aquisições			-	
Saldo final	57.795	4.117.885	4.175.680	7.011.532
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	(47.690)	(1.297.419)	(1.345.109)	(2.103.459)
Amortizações do exercício	(7.950)	(402.924)	(410.874)	(701.153)
Saldo final	(55.641)	(1.700.343)	(1.755.983)	(2.804.613)
Ativos líquidos	2.155	2.417.542	2.419.697	4.206.919

	31 de dezembro de 2018			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total Ativos Intangíveis	Goodwill
Ativos				
Saldo inicial	51.332	4.117.885	4.169.217	7.011.532
Aquisições	6.463		6.463	
Saldo final	57.795	4.117.885	4.175.680	7.011.532
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	(39.740)	(894.495)	(934.235)	(1.402.306)
Amortizações do exercício	(7.950)	(402.924)	(410.874)	(701.153)
Saldo final	(47.690)	(1.297.419)	(1.345.109)	(2.103.459)
Ativos líquidos	10.105	2.820.466	2.830.571	4.908.072

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras um *goodwill* no montante de 7.011.532 Euros, gerado nos exercícios de 1999 e 2000 no âmbito da aquisição de três entidades cuja atividade se centrava na corretagem de seguro: (i) Lima & Associados – Mediadores de Seguros, S.A.; (ii) Aon Gil y Carvajal Portugal, Lda.; e (iii) A.G.Y.C.- Corretores de Seguros, Lda..

Adicionalmente, a Empresa apresenta também o montante de 4.029.238 Euros incluídos na rubrica “Outros ativos intangíveis” relativo à aquisição faseada da totalidade do capital social da Aon Re Bertoldi, cuja atividade operacional incide sobre a corretagem de resseguro. Este montante foi gerado no decurso dos exercícios de 2012 e de 2007, no montante de 1.967.492 Euros e 2.061.746 Euros, respetivamente.

De acordo com o já referido na Nota 5, os goodwill registados na empresa estão a ser objeto de amortização desde o exercício de 2016, considerando uma vida útil de 10 anos, de acordo com Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, o qual veio alterar a NCRF 6, no que respeita a ativos intangíveis sem vida útil definida.

Por outro lado, a alteração à NCRF 6 não vem invalidar o estipulado na NCRF 12 e conforme descrito na Nota 3.5 e previsto no normativo em vigor à data de balanço, anualmente, a Empresa procede à avaliação destes ativos por forma a detetar se os mesmos se encontram em imparidade. Para tal, é efetuada uma análise detalhada para cada um dos ativos e que tem por base o método dos fluxos de caixa descontados. Este método consiste na avaliação dos benefícios económicos futuros gerados por um ativo ou unidade geradora de caixa, tendo em consideração os fluxos de caixa futuros estimados com base na sua atividade operacional.

atualizados para o momento presente a uma taxa de desconto que pretende refletir o custo de oportunidade do capital aplicado na concentração da atividade empresarial.

A taxa de desconto utilizada tem por base: (i) a remuneração das obrigações do tesouro (sem risco) europeias; (ii) um prémio de risco de mercado de Portugal; e (iii) um prémio de risco associado ao sector de corretagem de seguro ou resseguro, conforme o ativo que esteja a ser avaliado.

Em 31 de dezembro de 2019, os resultados dos estudos efetuados não revelaram quaisquer indícios de imparidade nos ativos em análise, motivo pelo qual o seu valor contabilístico não sofreu qualquer alteração face ao exercício anterior.

As perdas por imparidade em “Outros Ativos Intangíveis” foram reconhecidas no exercício de 2011. As perdas reconhecidas referem-se ao valor de aquisição de uma carteira de clientes relativa à linha de negócio *Aon Direct Group* (“ADG”) a uma entidade do Grupo. Foi entendimento da empresa que esta aquisição não irá alterar, de forma determinante, o negócio de ADG em Portugal, tendo reconhecido no exercício anterior perda de imparidade para o montante de capital investido.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa não procedeu ao abate de qualquer ativo fixo intangível.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 1.112.027 Euros (1.112.027 Euros em 2018), foram registadas na rubrica de “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização” (Nota 24).

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

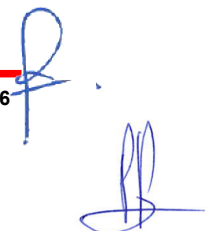
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<u>31 dez 2019</u>	<u>31 dez 2018</u>
Participações financeiras:		
Saldo inicial	2.098.742	7.147.142
Regularizações - Método equivalência patrimonial	1.121.658	835.137
Outras variações	<u>(781.455)</u>	<u>(5.883.537)</u>
Saldo final	<u>2.438.945</u>	<u>2.098.742</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as regularizações efetuadas no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial resultaram, exclusivamente, da apropriação do resultado líquido da Aon Portugal Consultores, Unipessoal, Lda e da Aon Reinsurance, S.A., pela Empresa.

O valor registado em “Outras variações” está relacionado com a distribuição de dividendos por parte da participada Aon Reinsurance, SA, relativos ao exercício de 2018.

Em 31 dezembro de 2019 e 2018, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:



		31 de dezembro de 2019							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado Líquido	Participação detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:									
Aon Portugal - Consultores, Unipessoal, Lda.		930.526	306.395	624.131	254.884	72.221	100%	72.221	624.131
Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A.		7.155.330	5.340.516	1.814.814	3.033.151	1.049.437	100%	1.049.437	1.814.814
								1.121.658	2.438.945

		31 de dezembro de 2018							
		Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado Líquido	Participação detida	Proporção no resultado	Montante registado
Subsidiárias:									
Aon Portugal - Consultores, Unipessoal, Lda.		598.917	47.006	551.910	197.779	12.553	100%	12.553	551.910
Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, S.A.		5.131.638	3.584.807	1.546.832	2.581.594	822.584	100%	822.584	1.546.832
								835.137	2.098.742

A Aon Portugal – Consultores, Unipessoal, Lda., tem como principal atividade a prestação de serviços em consultadoria e assessoria a carteiras de seguros de clientes, tendo a mesma sede que a Empresa.

A Aon Reinsurance, S.A. tem como atividade principal a mediação de resseguros. A sede desta participada também está estabelecida nas mesmas instalações da Aon Portugal.

A Empresa encontra-se dispensada de preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Aon Portugal, SA, bem como as restantes empresas do Grupo Aon a operar em Portugal, são incluídas na consolidação de contas da casa-mãe, a qual, em 2019, se encontra sediada em Londres, Inglaterra.

Empresa Consolidante	Sede	País
Aon Global Limited, plc	The Leadenhall Building, 122 Leadenhall Street, London EC3V 4AN	England

Os Outros Ativos Financeiros registados no balanço da empresa, no valor de 23.250 euros, no final do exercício, respeitam às contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), exigidas por lei para os novos contratos de trabalho.

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, acrescida de: (i) Derrama à taxa de 1,5% calculada sobre o lucro tributável; (ii) de Derrama Estadual à taxa de 3% calculada sobre o lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros e 5% acima daquele montante; e (iii) tributações autónomas definidas pelo Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões e inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

O gasto estimado com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	<u>31 dez 2019</u>	<u>31 dez 2018</u>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	503.558	555.142
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores	-	-
	<u>503.558</u>	<u>555.142</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	15.144	(20.640)
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	<u>518.702</u>	<u>534.502</u>

	<u>31 dez 2019</u>	<u>31 dez 2018</u>
Resultado líquido do período	<u>1.361.005</u>	<u>1.104.095</u>
Diferenças permanentes:		
Acréscimos:		
Estimativa de imposto do exercício	518.702	534.502
Insuficiência de estimativa imposto	44.724	-
Depreciações e amortizações não aceites como gastos	1.104.077	1.104.077
Realizações Utilidade social não dedutíveis	11.801	-
Ajudas de custo e encargos por deslocação em viatura própria	-	41.453
Perdas imparidade em créditos não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	44.753
Benefícios de empregados - fundos de pensões	-	46.981
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor	7.381	8.023
Correções exercícios anteriores	252	779
Outros	337	8.747
Deduções:		
Anulação do efeito do Método de equivalência patrimonial	(1.121.658)	(835.137)
Benefícios fiscais	(115.979)	(103.106)
Reversão de perdas por imparidade tributadas	(41.116)	-
Mais-valias contabilísticas	(5.691)	-
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso estimativa	-	(9.423)
Benefícios de empregados - fundos de pensões	(26.191)	-
Impostos diferidos	-	-
	<u>1.737.644</u>	<u>1.945.743</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa normal	<u>364.905</u>	<u>408.606</u>
	<u>364.905</u>	<u>408.606</u>
Derrama	26.065	29.186
Derrama estadual	7.129	13.372
Tributações Autónomas	105.459	103.977
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	<u>503.558</u>	<u>555.142</u>

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2019	31 dez 2018	31 dez 2019	31 dez 2018
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Contas a receber de clientes	32.757	42.008		
Diferenças derivadas dos planos de pensões de contribuição definida	-	-	189.264	183.371
	32.757	42.008	189.264	183.371

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como se segue:

	2019		2018	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	42.008	183.371	31.939	193.942
Efeitos em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Contas a receber de clientes	(9.251)	-	10.069	-
Diferenças derivadas dos planos de pensões de contribuição definida	-	5.893	-	(10.571)
Saldo final	32.757	189.264	42.008	183.371

11 ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhadas conforme se segue:

Ativos financeiros	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades:						
Caixa	95		95	414		414
Depósitos à ordem	19.259.078		19.259.078	16.098.881		16.098.881
Depósitos a prazo	112.379		112.379	112.379		112.379
	19.371.551	-	19.371.551	16.211.674	-	16.211.674
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Clientes	2.455.382	145.586	2.309.796	2.211.072	186.702	2.024.371
Terceiros - Tomadores de seguro	12.401.006		12.401.006	12.185.335		12.185.335
Terceiros - Seguradoras	649.194		649.194	432.931		432.931
Estado e outros entes públicos	80		80	126.509		126.509
Outras contas a receber - Subagentes	79		79	-		-
	15.505.741	145.586	15.360.155	14.955.847	186.702	14.769.146
Ativos financeiros ao custo:						
Outras contas a receber	2.433.150		2.433.150	2.004.191		2.004.191
	37.310.442	145.586	37.164.856	33.171.712	186.702	32.985.011

O saldo apresentado na rubrica “Clientes” no montante de 2.455.382 Euros (2.211.072 Euros em 2018), refere-se às comissões de corretagem de seguro inerentes aos recibos de prémio pendentes de receber dos clientes das seguradoras, bem como a honorários de consultadoria de seguros faturados a clientes ou a escritórios internacionais Aon.

Os movimentos ocorridos na rubrica de Perdas por Imparidade foram, no exercício de 2019, conforme segue:

31 de dezembro de 2019

	Saldo inicial	Reversões	Utilizações	Saldo final
Imparidades de Clientes	186.702	(41.116)	-	145.586

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica “Terceiros – Tomadores de seguro”, no montante de 12.401.006 Euros (12.185.335 Euros em 2018), refere-se aos prémios pendentes de receber dos clientes das seguradoras e cujos montantes serão para transferir para as seguradoras.

A rubrica de “Terceiros – Seguradoras” no montante de 649.194 Euros (432.931 Euros em 2018), inclui, essencialmente, comissões diretas a receber das seguradoras ou valores a haver de seguradoras por pagamentos efetuados por conta das mesmas, como é o caso de recibos de indemnização e estornos. O saldo das imparidades registadas, em 31 de dezembro de 2019, relativamente a contas a receber de clientes ascende a 145.586 Euros, verificando-se assim uma redução de 22% face ao ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Benefícios de reforma a liquidar (Nota 16)	841.172	814.981
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Comissões de clientes	448.247	531.056
Juros de aplicações financeiras	3.754	3.072
Credores por acréscimos de gastos:		
Comissões a subagentes	9.256	12.305
Empresas do grupo (Nota 28)	918.617	568.514
Cauções	35.337	35.337
Saldos com pessoal	55.948	-
Outros	120.821	38.926
	2.433.150	2.004.191

12 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Serviços faturados antecipadamente	139.853	125.990
Rendas	-	10.468
Seguros	11.466	1.840
	151.320	138.299

13 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.878.958 ações com o valor nominal de 5 Euros, cada, ascendendo a 14.394.790 Euros.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva legal ascendia a 1.017.405 Euros (962.200 Euros em 2018), representando assim 7% do capital realizado. A variação ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 respeita à aplicação do resultado do exercício de 2018.

Outros instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, existiam prestações suplementares, registadas na rubrica “Outros instrumentos de capital próprio”, no montante de 3.571.100 Euros. Estas prestações suplementares de capital não poderão ser reembolsadas caso essa operação reduza os capitais próprios a um valor inferior ao da soma do capital social e da reserva legal.

Embora a empresa já se encontre em condições de proceder ao reembolso das prestações suplementares à casa-mãe, não foi ainda tomada decisão por parte da administração nesse sentido.

Aplicações

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o Conselho de Administração propôs que a aplicação do resultado líquido do exercício de 2019, no montante de 1.361.005 Euros, fosse distribuído da seguinte forma: a) transferência de 5% para a rubrica de “Reservas Legais” no montante de 68.050 Euros; b) distribuição de dividendos pelo único acionista, no valor correspondente aos restantes 95%, num total de 1.292.955 Euros. A aplicação de resultados foi deliberada em conformidade com a proposta do Conselho de Administração durante a reunião de 28 de abril de 2020 da Assembleia Geral de Acionistas.

Distribuições

No âmbito da aplicação de resultados, a empresa decidiu conceder ao pessoal uma participação nos resultados de 2019, no montante de 482.279 Euros. Esta distribuição já está afeta no resultado líquido do exercício.

14 PROVISÕES

No final de 2019 e 2018, a empresa não apresentava saldos ou processos em curso que originassem a constituição de Provisões.

15 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha como passivo contingente a seguinte situação:

As responsabilidades calculadas na avaliação atuarial do fundo de pensões de benefício definido existente, não refletem o montante associado aos trabalhadores que, entretanto, tenham cessado funções na sociedade e que se mantêm ao serviço da atividade seguradora.

Devido à falta de informação e desconhecimento do percurso profissional efetuado por esses trabalhadores não é possível efetuar uma estimativa fidedigna das responsabilidades a assumir com os ex-colaboradores da empresa.

No entanto, atendendo a que o fundo de pensões da Empresa se encontra em situação de excesso de financiamento e de acordo com simulação efetuada pela entidade gestora com base em dados estimados, considera-se que o fundo tem capacidade para responder às responsabilidades associadas a ex-colaboradores da empresa.

16 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

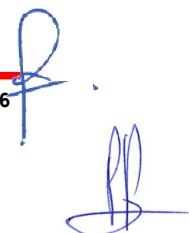
Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Com data de efeito a 1 janeiro de 2011, a Empresa procedeu à alteração do seu Fundo de Pensões de Benefício definido, tendo por base as seguintes considerações:

- Constituição de um novo Fundo de Pensões aberto de contribuição definida e para o qual transitaram os participantes do então existente Fundo de Pensões de benefício definido e que se encontram no ativo na Empresa.
- No âmbito do novo Fundo de Pensões de contribuição definida, alocou-se a cada participante, por transferência do anterior Fundo, um saldo inicial, correspondente ao valor atual das responsabilidades por serviços passados calculados com base no anterior plano de pensões de benefício definido e de acordo com os pressupostos da avaliação atuarial.
- Manter no Fundo de Pensões de benefício definido o valor remanescente que cobrirá integralmente as atuais responsabilidades com pensões em pagamento e que servirá ainda para financiar as respetivas atualizações que se vierem a verificar, bem como parte das responsabilidades com pensões que vierem a caber à Empresa relativas a ex-colaboradores que se venham a reformar na atividade seguradora e com direitos de pensão ao abrigo deste Fundo. Para o integral financiamento das responsabilidades atrás referidas, a Empresa fará as necessárias contribuições quando tal for necessário.

O Fundo de Pensões existente e acima mencionado foi no final de 2017, com data efeito de 01 de janeiro de 2018, transferido da Groupama Seguros de Vida para o GNB Fundos de Pensões, cujo âmbito se determina como fundo de pensões aberto designado por Fundo de Pensões Multireforma Capital Garantido. O contrato de adesão que consubstancia este plano de pensões data de 29/12/2017.

Os benefícios dos participantes deste Fundo de Pensões obedecem:



Ao estabelecido no CCT do setor segurador na sua redação de 1995, cujo texto consolidado se encontra publicado no BTE nº 32 de 29 de agosto de 2008, e abrange apenas população reformada.

De acordo com o informado à data da transferência, podem existir eventuais direitos adquiridos face aos benefícios estabelecidos no CCT, relativos a população ainda ativa nesta data, mas desconhecida, por não serem atualmente colaboradores ativos do associado.

As pensões são pagas 14 vezes ao ano, não havendo lugar a reversibilidade da pensão em pagamento em caso de morte do beneficiário.

Está prevista no CCT uma atualização anual das pensões correspondente à taxa de variação do IPC (sem habitação) mas, a pensão atualizada, adicionada à pensão atribuída pelo RGSS nunca poderá ser superior ao valor do último salário efetivo mensal na data da reforma (sem atualização portanto). Consequentemente, a pensão a cargo do Plano não podendo ser reduzida, pode manter-se inalterada sem qualquer atualização.

Estrutura Populacional

De acordo com os dados registados em dezembro de 2019 pela GNBGA a população conhecida, em análise no presente relatório, apresentava a seguinte estrutura:

	Número	Saídas	Entradas	Idade média	Pensão (média anual)
Reformados	6	0	0	81	2.005

A pensão mais elevada em pagamento representa 46,4% do total de pensões em pagamento e corresponde a um participante cuja idade atuarial ultrapassa já a esperança média de vida fornecida pela tábua utilizada, para a idade média da população, ou seja, 81 anos. A EMV nesta idade é de 9,2 anos.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2019 pelo GNB Fundos de Pensões.

O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	2019	2018
Taxa de desconto	1,00%	1,00%
Taxa técnica de juro	1,00%	1,00%
Taxa esperada de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Idade normal de reforma	65	65
Número de pagamento das pensões	14	14

Os pressupostos considerados não diferem dos utilizados na avaliação do ano precedente, conforme reportado à ASF.

A duração média das responsabilidades do plano de benefícios, apurada no ano em curso, foi de 6,9 anos. As taxas de desconto indicativas para a zona euro, a 30 de novembro de 2019, situavam-se, para a duration indicada, em valores inferiores a 1%. Contudo, dado o nível de financiamento do plano, manteve-se o pressuposto do ano anterior, ou seja, uma taxa técnica de 1% para melhor estabilidade evolutiva.

A tábua de mortalidade, considerou-se prudentemente adequada à população em análise.



No que respeita ao aumento das pensões em pagamento apenas existe informação relativa aos 2 últimos anos. Mas, tendo em conta a limitação enunciada na Nota 15, a experiência no setor e a idade dos beneficiários, no ano precedente, considerámos que a possibilidade de aumentos era quase inexistente. Contudo, por se tratar de um plano com aumentos obrigatórios ainda que limitados, considerámos uma taxa de crescimento de pensões de 1%, dado que os aumentos médios registados nos 2 anos consecutivos foram de 1,4% e 0,5%, respetivamente.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica "Gastos com o pessoal" (Nota 23):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de juros	(999)	(1.247)
Retorno esperado dos ativos do plano	33.116	(21.706)
Ganhos/perdas atuariais reconhecidos	<u>(6.059)</u>	<u>(27.530)</u>
Total de gastos / (ganhos)	<u>26.058</u>	<u>(50.483)</u>

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são descritos conforme se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	105.904	89.122
Custo dos juros	999	1.247
(Ganhos)/perdas atuariais	6.059	27.530
Benefícios pagos	<u>(11.997)</u>	<u>(11.995)</u>
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	<u>100.965</u>	<u>105.904</u>

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são descritos conforme se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial - justo valor dos ativos do fundo	920.885	951.083
Ajuste final ano anterior	133	3.502
Retorno esperado dos ativos	33.116	(21.706)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-
(Ganhos)/perdas com cortes	-	-
Benefícios pagos	<u>(11.997)</u>	<u>(11.995)</u>
Saldo final - justo valor dos ativos do fundo	<u>942.137</u>	<u>920.885</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os ativos do fundo de pensões geraram um retorno real positivo no montante de 33.116 Euros.

Em 31 de dezembro de 2019 o justo valor dos ativos que compõem o fundo de pensões contratado pela Empresa ascende a 942.137 Euros (920.885 Euros em 2018), face a responsabilidades pelos benefícios definidos que, naquela data, ascendem ao montante de 100.965 Euros (105.904 Euros em 2018). Desta forma, em 31 de dezembro de 2019, o fundo de pensões apresenta uma posição excedentária em 841.172 Euros (814.981 Euros em 2018) (Nota 11) face às responsabilidades incorridas pela Empresa por serviços passados.

	<u>31 dez 2019</u>	<u>31 dez 2018</u>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos com fundo	(100.965)	(105.904)
Justo valor dos activos do fundo	942.137	920.885
	<u>841.172</u>	<u>814.981</u>

Benefícios pós-emprego – planos de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias no montante correspondente a 2% do vencimento mensal do empregado para um fundo de pensões que abrange a totalidade dos empregados com mais de 2 anos de antiguidade. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições.

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ascendeu a 146.010 Euros (Nota 23).

17 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31 dez 2019</u>	<u>31 dez 2018</u>
Passivo financeiro não corrente		
Outras contas a pagar (Nota 18)	-	140.736
	-	140.736
Passivo financeiro corrente		
Fornecedores:		
Fornecedores, conta corrente	372.319	124.456
Outros passivos financeiros:		
Terceiros - Tomadores de seguro	387.546	619.939
Terceiros - Seguradoras	17.839.277	16.561.146
Adiantamentos de clientes (Nota 18)	54.411	19.301
Outras contas a pagar - Subagentes	373.890	314.568
Outras contas a pagar (Nota 18)	3.901.252	2.332.890
	<u>22.556.376</u>	<u>19.847.844</u>
	<u>22.928.695</u>	<u>20.113.036</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica “Terceiros – Tomadores de seguro”, no montante de 387.546 Euros (619.939 Euros em 2018) refere-se a recibos de indemnização ou estornos registados e que, naquela data, ainda não tinham sido pagos por parte das seguradoras aos clientes ou descontados por estes em prémios a liquidar.

A rubrica de “Terceiros – Seguradoras” cujo saldo ascendeu ao montante de 17.839.277 Euros e 16.561.146 Euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente, inclui não só os prémios de recibos cobrados de clientes das companhias de seguro e ainda não liquidados a estas, como também os prémios pendentes de

cobrança e que serão transferidos para as seguradoras após boa cobrança. A variação registada decorre meramente da atividade normal da empresa e das datas em que os tomadores de seguro liquidam os prémios à empresa.

O saldo apresentado na rubrica de “Subagentes” em 31 de dezembro de 2019 no montante de 373.890 Euros (314.568 Euros em 2018), corresponde às comissões de corretagem de seguro a ceder a subagentes no âmbito de acordos comerciais estabelecidos.

18 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas “Adiantamentos de clientes” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31 dez 2019</u>	<u>31 dez 2018</u>
Outras contas a pagar - não corrente:		
Acréscimos planos incentivos diferidos	-	140.736
	<u>-</u>	<u>140.736</u>
Adiantamentos de clientes - corrente:		
Corretagem de seguros	54.411	19.301
	<u>54.411</u>	<u>19.301</u>
Outras contas a pagar - corrente:		
Credores por acréscimos de gastos	3.079.451	2.008.464
Empresas do grupo	520.840	296.701
Fornecedores de Investimentos	270.788	-
Despesas de pessoal	19.958	18.442
Outros	10.215	9.284
	<u>3.901.252</u>	<u>2.332.890</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, a:

- (i) Remunerações a pagar aos empregados relativamente a férias e subsídio de férias, acrescidas dos respetivos impostos, que serão liquidadas no ano seguinte no montante de 833.991 Euros (758.576 Euros em 2018);
- (ii) Participação nos resultados concedida ao pessoal no montante de aproximadamente 482.279 euros (430.512 Euros em 2018);
- (iii) Incentivos de planos diferidos a vencer em dezembro de 2020, no valor de 209.544 Euros;
- (iv) Gratificações extraordinárias a pagar aos colaboradores no montante de 55.000 Euros (89.549 Euros em 2018); e,
- (v) Serviços externos no montante de, aproximadamente, 1.498.637 Euros (503.548 Euros em 2018) prestados por terceiros nas áreas de suporte e gestão de aplicações informáticas, serviços profissionais de consultadoria e trabalho temporário, para os quais a Empresa não havia rececionado a respetiva fatura ou que se encontravam por aprovar no sistema de *procurement*, à data de balanço, bem como de serviços prestados por outras empresas do grupo internacional.

O saldo da rubrica “Empresas do grupo” e que agrega as contas a pagar a empresas do grupo Aon respeita, essencialmente, a (i) comissões e fees de corretagem a pagar a outros escritórios Aon; e (ii) fatura de Network Alignment a pagar à Aon Limited, UK.

19 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		99.469	-	92.523
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	80	101.077	-	88.669
Imposto sobre o Valor Acrescentado		287.343	126.509	180.818
Contribuições para a Segurança Social		115.613		109.072
	80	603.502	126.509	471.081

20 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Diferimentos Passivo não corrente		
Apólices <i>multi-year</i>	109.846	214.456
	109.846	214.456
Diferimentos Passivo corrente		
Emissão de recibos anterior a data de efeito	2.661.890	2.153.727
Apólices <i>multi-year - CP</i>	104.611	104.611
Serviços faturados antecipadamente	27.191	41.750
	2.793.692	2.300.088

Os rendimentos a reconhecer por emissão de recibos referem-se a recibos emitidos pelas seguradoras e faturados pela empresa antes da data de efeito do seguro e cujo ganho apenas é reconhecido na data de efeito do recibo.



21 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Prestações de serviços	16.339.079	14.684.505
Outros rendimentos e ganhos (Nota 25)	199.969	425.158
Juros obtidos (Nota 27)	42.714	13.623
	16.581.762	15.123.286

O montante incluído na rubrica de prestação de serviços decompõe-se da seguinte forma:

	2019	2018
Comissões corretagem de seguros	11.925.974	11.052.522
Honorários corretagem	3.069.235	2.911.460
Honorários consultadoria	1.343.870	720.523
	16.339.079	14.684.505

22 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Trabalhos Especializados	3.868.363	3.454.787
Comissões	631.885	425.815
Publicidade e Propaganda	619.655	611.192
Rendas e Alugueres	578.381	540.355
Deslocações e Estadas	351.055	321.548
Conservação e Reparação	201.380	97.168
Outros serviços diversos	152.046	125.682
Comunicação	92.865	118.210
Seguros	71.591	74.347
Energia e Fluidos	63.749	59.293
Limpeza, Higiene e Conforto	59.498	47.470
Materiais	55.356	49.865
Despesas de Representação	43.710	73.509
Honorários	40.134	89.783
Vigilância e Segurança	34.205	34.737
Serviços Bancários	22.921	15.668
Transportes de Pessoal	7.111	8.239
Contencioso e notariado	6.949	3.908
	6.900.853	6.151.576

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de “Trabalhos especializados”, no montante de 3.868.363 Euros e 3.454.787 Euros, respetivamente, engloba, essencialmente: (i) honorários debitados por empresas do Grupo Aon a título de repartição de gastos, representando estes 52% do total desta rubrica (ii) gastos relacionados com trabalho temporário e call centers, cujos serviços são prestados por empresas de *outsourcing*, os quais representam 29% do total de trabalhos especializados; e (iii) diversos trabalhos especializados de consultoria de seguros, serviços de auditoria e consultoria fiscal.

Os montantes incluídos na rubrica de “Publicidade e propaganda”, incluem o gasto relacionado com a alocação dos *Aon Brand Royalties* pagos à casa mãe. A alocação a cada um dos países corresponde a 2,5% sobre rendimentos locais de prestações de serviço. Para além desta alocação, inclui também os gastos de publicidade e marketing realizados localmente com a participação e realização de eventos e divulgação nos media.

A rubrica de “Rendas e alugueres” no montante de 578.381 Euros (540.355 Euros em 2018) engloba, essencialmente, as rendas dos escritórios de Lisboa e Porto e de ALD de viaturas automóveis, parte do incremento registado em rendas de escritório é justificado pelo alargamento do escritório de Lisboa, durante o ano 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica de “Comissões” no montante de 631.885 Euros (425.815 Euros em 2018), refere-se ao valor de cedências efetuadas a subagentes ou a escritórios internacionais Aon onde os nossos clientes portugueses têm operações.

A rubrica de “Deslocações e Estadas”, registou um crescimento de 9%, comparado com um aumento de 4% em 2018. Apesar da política de contenção de gastos nesta área e da aposta nas novas tecnologias, como videoconferência, os compromissos internacionais dos colegas portugueses, junto de escritórios Aon têm registado um aumento, assim como a maior complexidade das soluções exigidas pelos nossos clientes levam a um maior número de viagens internacionais.

Os “Outros serviços diversos” incluem os gastos com condomínio dos escritórios, gastos com arquivo documental e outros serviços.

23 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações do pessoal	5.212.634	4.941.725
Encargos sobre remunerações	1.159.104	1.040.546
Benefícios pós-emprego de contribuições definidas (Nota 16)	146.010	149.533
Seguros de acidentes de trabalho, vida e doença	176.971	122.902
Formação profissional	43.823	97.608
Tickets Infância e Educação	46.675	49.670
Indemnizações por despedimento	368.412	80.723
Benefícios pós-emprego de benefícios definidos (Nota 16)	(26.191)	46.981
Recrutamento	23.398	23.054
Outros gastos com o pessoal	44.656	52.348
	7.195.492	6.605.089

Em 31 de dezembro de 2019 as remunerações ao pessoal, no montante de 5.212.634 Euros (4.941.725 Euros em 2018), respeitam, essencialmente, aos montantes relativos a vencimentos, férias, subsídio de férias e de Natal, subsídio de refeição, incentivos e gratificações extraordinárias.

Os montantes relativos a incentivos são atribuídos com base no plano de performance definido pelo Grupo Aon e adotado pela Empresa.

As gratificações extraordinárias estão associadas à participação nos resultados atribuída ao pessoal no final de 2019, as quais serão pagas no decorrer de 2020 (Nota 13).

24 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	202.492	154.788
Ativos Intangíveis (Nota 8)	1.112.027	1.112.027
	1.314.520	1.266.815

As amortizações do exercício relativas aos Ativos Intangíveis, refletem o impacto da amortização dos goodwill registados pela empresa.

25 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Correções relativas a períodos anteriores	561	54.128
Outros rendimentos suplementares	152.231	314.860
Diferenças de câmbio favoráveis	10.048	10.154
Excesso da estimativa para impostos	-	8.454
Processos judiciais	-	2.550
IVA suportado (ajuste Pro-rata)	24.550	28.097
Alienação ativos	5.691	3.022
Outros	6.887	3.893
	199.969	425.158

A rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, regularizações de saldos diversos.

Em 2019 e 2018, a rubrica de “Outros rendimentos suplementares”, incluía na sua globalidade os serviços alocados pela Aon Portugal a outros escritórios internacionais Aon, pelas funções internacionais de alguns colaboradores da Empresa, através da faturação de Aon Network Fee.



26 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme se segue:

	2019	2018
Impostos:		
Imposto de selo	187.960	192.057
Imposto sobre Valor Acrescentado	-	-
Imposto Único de Circulação	-	-
Outros impostos indirectos	5.100	5.100
Diferenças de cambio desfavoráveis	17.749	3.348
Donativos	176.152	30.159
Quotizações	12.398	8.872
Insuficiência estimativa para impostos	44.724	-
Responsabilidade Social	6.573	5.701
Correções relativas a períodos anteriores	252	779
Outros	3.055	5.577
	453.964	251.593

No final do exercício de 2019 e 2018, a rubrica de correções relativas a períodos anteriores engloba, essencialmente, regularizações de saldos.

27 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os juros e outros rendimentos obtidos e os gastos e perdas similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme se segue:

	2019	2018
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições bancárias	42.714	13.623

Os juros obtidos nos exercícios de 2019 e 2018, no montante de 42.714 Euros e 13.623 Euros, respetivamente, foram gerados, essencialmente, através de aplicações de tesouraria efetuadas através da conta bancária de *cash pooling* do grupo Aon junto do banco BMG. Estas aplicações vencem juros a taxas de mercado. A redução verificada nos juros é justificada pela redução do saldo médio bancário nesta instituição em 2019.



28 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela Aon Southern Europe y Cía, SL, com sede na C. Rosario Pino, 14-16, 28020 Madrid, Espanha. A consolidação integral de contas é efetuada a nível da casa-mãe, conforme já referido na Nota 9.

Os administradores não executivos não são remunerados pelas suas funções na Aon Portugal.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Ano 2019		Ano 2018	
	Serviços obtidos	Serviços prestados	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias			-	-
Outras partes relacionadas	3.098.785	1.740.464	3.049.466	1.735.647
	3.098.785	1.740.464	3.049.466	1.735.647

Os serviços obtidos de outras partes relacionadas decorrem das alocações de gastos efetuadas pelos serviços centrais (Aon Singapura e Aon UK), numa lógica de repartição de gastos e da repartição de comissões ou fees pela gestão de clientes internacionais. Os serviços obtidos devem-se à estratégia do grupo Aon na centralização de cada vez mais serviços, bem como a uma maior utilização das ferramentas globais da Aon por parte da operação portuguesa.

Os serviços prestados a outras partes relacionadas decorrem, essencialmente, do recebimento de comissões e honorários de gestão acordados entre empresas do Grupo, pela gestão de clientes internacionais.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2019			2018		
	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Contas a pagar correntes
Subsidiárias	208.821	2.438.945	(7.995)		2.098.742	
Outras partes relacionadas	709.796		(1.494.018)	535.544		1.233.822
	918.617	2.438.945	(1.502.013)	535.544	2.098.742	1.233.822

Os saldos das contas a receber não correntes de subsidiárias decorrem das participações financeiras da empresa nessas mesmas subsidiárias.

Os saldos a pagar e a receber de Outras partes relacionadas, referem-se a cedências de comissões, fees de gestão acordados entre empresas do Grupo e a pagamentos efetuados por conta.

Existem, ainda, saldos com partes relacionadas incluídos na conta de subagentes – conta cobrança, a título provisional, relacionados com prémios pendentes de receber e, portanto, com comissões pendentes de receber suscetíveis de serem cedidas a outras partes relacionadas – escritórios internacionais Aon. Estes saldos não estão ainda acordados entre os escritórios Aon e constituem uma previsão dos saldos a ceder a

outros escritórios, pelo que, não estão incluídos no quadro acima apresentado. O saldo incluído nesta rubrica ascende a 33.612 EUR.

No que respeita a termos e condições de pagamento, o Prazo Médio de Pagamentos (“PMP”) e o Prazo Médio de Recebimentos (“PMR”) deverá ser no máximo de 90 dias, exceto em situações pontuais em que ambas as entidades definam um período diferente. Para as transações relativas ao negócio (cedências de comissões/fees inter-grupo), o prazo de vencimento vai até à data fim do período a que respeita o gasto/rendimento.

29 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

De seguida, passamos a apresentar a informação estabelecida no artigo 4.º, da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de dezembro:

Política contabilística

A política contabilística adotada para reconhecimento das remunerações, relativas a contratos de seguro está associada à data de efeito dos recibos de prémio faturados. Nesse momento, é reconhecida a comissão devida para a totalidade do período de cobertura do recibo.

Natureza e Tipo Remunerações relacionadas com contratos de seguro

O tipo de remunerações auferidas pela empresa, durante o ano de 2019, detalham-se conforme mencionado na Nota 21 – Rédito. As remunerações relacionadas com contratos de seguro foram recebidas através de transferência bancária, cheque ou por encontro de contas com prestações de contas a efetuar às companhias de seguro.



Ramo e Origem Remunerações relacionadas com contratos de seguro

CE	Remunerações			%
	Fundo de Pensões	Ramo Vida	Ramos não Vida	
1011	-	-	2.647.522	16,20%
1021	-	116.316	-	0,71%
1025	-	235	-	0,00%
1026	-	-	205.438	1,26%
1028	-	-	467.141	2,86%
1029	-	266	-	0,00%
1039	-	1.624	-	0,01%
1086	-	-	375.345	2,30%
1097	-	-	110.251	0,67%
1098	-	48.541	-	0,30%
1117	-	-	502	0,00%
1129	-	-	695.517	4,26%
1132	-	3.946	-	0,02%
1133	-	-	25.935	0,16%
1145	-	-	233.991	1,43%
1152	-	-	147.616	0,90%
1157	-	-	22	0,00%
1159	-	-	15.219	0,09%
1166	-	-	74.554	0,46%
1184	-	-	425.670	2,61%
1186	-	493	-	0,00%
1188	-	37.038	-	0,23%
1191	-	588	-	0,00%
1193	-	-	7.547	0,05%
1194	-	-	985.279	6,03%
1196	-	-	66.338	0,41%
1197	-	-	1.397.358	8,55%
1200	-	-	605.422	3,71%
1205	-	-	48.546	0,30%
4041	-	-	124.485	0,76%
4109	-	-	38.888	0,24%
4198	-	-	20.794	0,13%
4240	-	-	39.405	0,24%
4248	-	-	9.285	0,06%
4280	-	-	20.759	0,13%
4322	-	-	2.414	0,01%
4342	-	-	108.835	0,67%
4435	-	-	363	0,00%
4437	-	-	427.164	2,61%
4473	-	-	674.121	4,13%
4550	-	-	57.354	0,35%
4581	-	-	16.818	0,10%
4608	-	-	47.474	0,29%
4631	-	-	1.600	0,01%
4642	-	-	8.282	0,05%
4699	-	-	5.000	0,03%
4700	-	-	13	0,00%
4756	-	-	4.867	0,03%
4846	-	-	1.764	0,01%
9999	11.137	-	5.973.995	36,63%
	11.137	209.047	16.118.894	

Níveis de concentração

No final do exercício de 2019, não foram registados níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela empresa.

Contas a receber e pagar

Esta informação encontra-se divulgada nas Notas 11 – Ativos Financeiros e 17 – Passivos Financeiros.

Atividade de mediação de seguros

Por natureza	Saldo em 31 de dezembro de 2019	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	-	4.868.051
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	12.759.029	13.358.772
Outras quantias	145.586	-
Total	12.904.615	18.226.823

Por entidade	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	12.759.029	
Empresas de seguros		18.226.823
Outros	145.586	-
Total	12.904.615	18.226.823

Imparidade de contas a receber

Para efeitos de cálculo de imparidade de saldos a receber dos tomadores de seguro, foi considerada a média de recibos anulados nos últimos três anos, ou seja, ao valor total de comissões pendentes de receber dos tomadores de seguro, em 31 de dezembro de 2019, foi aplicada a % média de recibos anulados nos três últimos anos. No final de 2019, as perdas por imparidade acumuladas ascenderam a 145.586 Euros (Nota 11).

Adicionalmente, no âmbito do n.º 2 do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º15/2009-R, da ASF (anteriormente, Instituto de Seguros de Portugal), de 30 de dezembro, a informação a prestar é a que se segue:

Empresas de Seguros com volume de remunerações igual ou superior a 5%

		2019	%
1011	Fidelidade Companhia de Seguros	2.647.522	16,20%
1197	Seguradoras Unidas	1.397.358	8,55%
1194	Generali Companhia de Seguros	985.279	6,03%



Transações Financeiras Seguradoras / Subagentes / Tomadores de Seguro

No exercício de 2019, não foram confiados fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome (n.º2, alínea b) do Artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, da ASF.

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a, aproximadamente, 23.669 Euros.

31 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

1. Covid-19

Em março de 2020, registaram-se os primeiros casos da pandemia COVID—19, em Portugal, o que levou ao decreto do Estado de Emergência pelo Estado Português e ao isolamento profilático de todos os colaboradores da empresa, em meados do mesmo mês. A partir desse momento, a empresa colocou em prática o Plano de Continuidade do Negócio (Contingency Plan), definido e elaborado para a empresa. Deste modo, a empresa garante a operacionalidade e continuidade da sua atividade, não sendo possível à data quantificar o efeito desta situação sobre os ativos financeiros e não financeiros e sobre o negócio da empresa, cujos impactos se prevê que se materializem sobretudo ao nível do rédito (novo negócio). Face à incerteza do impacto no negócio da empresa, foram avaliados todos os gastos discricionários passíveis de serem reduzidos e a empresa vai assumir durante o ano 2020, uma política de contenção e redução de gastos.

A empresa entende que a operacionalidade e continuidade das operações não estão em risco.

2. Acordos salariais colaboradores

A 24 de abril de 2020, devido à pandemia COVID-19 e face à incerteza da evolução da economia e dos nossos clientes, a Administração global do grupo Aon, determinou a redução temporária dos salários anuais (de maio a dezembro 2020) dos Diretores Executivos em 50%.

Adicionalmente, em 27 de abril, a Aon anunciou que esta medida seria estendida globalmente a todos os colaboradores da Aon, de forma a garantir que todos os compromissos do grupo sejam garantidos face à incerteza do impacto da pandemia no negócio da Aon e como forma de minimizar o impacto nos Balanços da empresa. Globalmente, esta medida afetou cerca de 70% dos colaboradores da Aon a nível mundial. Em Portugal, esta medida apenas afetou cerca de 32% dos colaboradores, tendo sido o corte temporário na ordem dos 20%. Esta redução temporária teve o acordo de todos os colaboradores da empresa em Portugal.



3. *Reorganização empresa-mãe (Irlanda)*

Com data de 1 de abril de 2020, foi realizada a transferência das ações da Aon UK para a Aon Irlanda, deslocalizando-se a sede europeia (empresa-mãe Aon Portugal) do Reino Unido para a Irlanda, com morada em Metropolitan Building, James Joyce Stret, Dublin 1.

4. *Acordo Aon – Willis Towers Watson*

No início de março, a Aon e a WTW anunciaram um acordo global de fusão entre as duas empresas a concretizar-se no 1.º semestre de 2021.

Rute Cruz

(Contabilista Certificado)

